

Ofício nº 186/2015 - Data 16/09/15
 TC-31925/026/15 - Repasses a órgãos públicos
 Órgão concessor: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU
 Responsáveis: Lair Alberto Soares Krähenbühl, Silvio França Torres, Marcos Rodrigues Penido e Antonio Carlos do Amaral Filho - Diretores Presidentes
 Órgão beneficiário: Município de Porto Feliz
 Responsável: Cláudio Maffei - Prefeito Municipal
 Ofício nº 187/2015 - Data 16/09/15
 TC-31926/026/15 - Repasses a órgãos públicos
 Órgão concessor: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU
 Responsáveis: Lair Alberto Soares Krähenbühl, Silvio França Torres, Marcos Rodrigues Penido e Antonio Carlos do Amaral Filho - Diretores Presidentes
 Órgão beneficiário: Município de Regente Feijó
 Responsável: Arlindo Eduardo Fantini - Prefeito Municipal
 Ofício nº 188/2015 - Data 16/09/15
 TC-31927/026/15 - Repasses a órgãos públicos
 Órgão concessor: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU
 Responsáveis: Lair Alberto Soares Krähenbühl, Silvio França Torres, Marcos Rodrigues Penido e Antonio Carlos do Amaral Filho - Diretores Presidentes
 Órgão beneficiário: Município de Capão Bonito
 Responsável: Julio Fernando Galvão Dias - Prefeito Municipal
 Ofício nº 190/2015 - Data 16/09/15
 TC-31923/026/15 - Repasses a órgãos públicos
 Órgão concessor: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU
 Responsáveis: Lair Alberto Soares Krähenbühl, Silvio França Torres, Marcos Rodrigues Penido e Antonio Carlos do Amaral Filho - Diretores Presidentes
 Órgão beneficiário: Município de Fatura
 Responsável: Paulo Amamura - Prefeito Municipal
 Ofício nº 191/2015 Data: 16/09/15
 TC-27882/026/13 - Contrato
 Contratante: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
 Responsável: Laura M. J. Laganá - Diretora Superintendente
 Contratada: Maq Móveis Indústria e Comércio de Móveis Ltda.
 Responsável: Fabio Ricardo da Costa

6ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO - GDF-6

6ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
 Ofícios expedidos cientificando irregularidades apuradas:
 Ofício nº 185/2015 Data: 16/09/15
 TC- 7036/989/2015-0
 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ
 Contratada: ALDO ALBERTO DE OLIVEIRA - ME.
 Responsáveis: DONISETE PEREIRA BRAGA (PREFEITO); ALESSANDRO BAUMGARTNER (SECRETÁRIO DE FINANÇAS) E ALDO ALBERTO DE OLIVEIRA SOBRINHO (PROPRIETÁRIO)

10ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO - GDF-10

10ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
 Ofício nº 104/2015 Data: 15/09/2015
 TC-27.953/026/15
 Órgão Público: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes
 Responsável: Francisco Nascimento de Brito – Prefeito
 Entidade Conveniada: Associação Amigos de Bairro do Jardim Magali
 Responsável: Maria Ivonete Coelho Macedo - Presidente

UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA - UR-1

UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA – UR-1
 Ofício expedido cientificando irregularidades apuradas:
 Ofício GDUR-1 nº 148/2015 - Data: 16/9/2015
 TC-5716/989/15 (1º Termo Aditivo - contrato TC-5457.989.15-0)
 Contratante: Prefeitura Municipal de Barbosa
 Responsável: João dos Reis Martins (Prefeito)
 Contratada: Copel Engenharia Indústria e Comércio Ltda.
 Ofício GDUR-1 nº 149/2015 - Data: 16/9/2015
 TC-5719/989/15 (2º Termo Aditivo - contrato TC-5457.989.15-0)
 Contratante: Prefeitura Municipal de Barbosa
 Responsável: João dos Reis Martins (Prefeito)
 Contratada: Copel Engenharia Indústria e Comércio Ltda.
 Ofício GDUR-1 nº 150/2015 - Data: 16/9/2015
 TC-5721/989/15 (3º Termo Aditivo - contrato TC-5457.989.15-0)
 Contratante: Prefeitura Municipal de Barbosa
 Responsável: João dos Reis Martins (Prefeito)
 Contratada: Copel Engenharia Indústria e Comércio Ltda.

UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS - UR-3

Ofício expedido solicitando justificativas:
 Ofício UR-03 n.º 439/2015 Data: 16/09/15
 TC – 2028/003/15
 CONVÊNIO nº 33/2014 de 29/08/14
 ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Jundiá
 AUTORIDADE: Pedro Antonio Bigardi - Prefeito Municipal
 ENTIDADE PRIVADA CONVENIADA: Hospital de Caridade São Vicente de Paulo

UNIDADE REGIONAL DE ARARAS - UR-10

UNIDADE REGIONAL DE ARARAS - UR-10
 Ofício expedido cientificando irregularidades apuradas:
 Ofício UR-10 nº. 32/2015 - Data: 15/09/2015
 eTC 4015.989.15-5 – Contrato
 Contratante: Prefeitura Municipal de Pirassununga
 Responsável: Cristina Aparecida Batista - Prefeita
 Contratada: Construmetra Construção Civil Ltda.
 Responsável: José Geraldo Dezotti - procurador
 Ofício UR-10 nº. 33/2015 - Data: 14/09/2015
 eTC 3713.989.15-0 – Contrato
 Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Ferreira
 Responsável: Renata Anchão Braga - Prefeita
 Contratada: Flex Comércio e Representação Ltda.
 Responsável: Edson Virgínio de Oliveira - sócio administrador
 Ofício UR-10 nº. 34/2015 - Data: 14/09/2015
 eTC 4394.989.15-6 – acompanhamento da execução contratual
 Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Ferreira
 Responsável: Renata Anchão Braga - Prefeita
 Contratada: Flex Comércio e Representação Ltda.
 Responsável: Edson Virgínio de Oliveira - sócio administrador

ATOS ADMINISTRATIVOS

ATOS DA PRESIDENTE

ATO DA PRESIDENTE
 COLOCANDO À DISPOSIÇÃO do Gabinete do Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, LEANDRO FRAGUAS MONTEIRO DE CARVALHO, RG MG-18.226.701, ocupante do cargo de Auxiliar da Fiscalização Financeira II, do SQC-II, do QSTC (ATO 1680/2015).

ATOS DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO DIRETOR TÉCNICO DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
 CONCEDENDO o gozo de licença-prêmio aos servidores abaixo relacionados:

- ALLAN ROBERTO LEMES, RG 33.291.210-3, TCA-4035/888/14 (ATO 1631/2015);
- HELOISA OLIVA DE MELO ALMADA, RG 4.933.394, TCA-2095/888/14 (ATO 1633/2015);
- CARLOS AURELIO PENTEADO, RG 3.837.229-0, TCA-4412/888/14 (ATO 1634/2015);
- MAGDA BARBOSA DE OLIVEIRA, RG 11.550.116, TCA-1594/888/14 (ATO 1635/2015);
- JOSÉ ACHILLES LIMA BRITO, RG 9.069.003-5, TCA-4007/888/14 (ATO 1646/2015);
- WALTER PEREIRA LIMA, RG 2.597.035-5, TCA-3315/888/14 (ATO 1650/2015).

RECONSTITUINDO:
 Comissão de Fiscalização, objeto do processo TCA-14.597/026/2014, designando como membros: FABIO POLLAS-TRINI, RG 16.458.431-6, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I; ALEXANDRE TEIXEIRA, RG 21.507.848-2, substituindo no cargo de Agente da Fiscalização Financeira – Chefe e LEONARDO CHAIB ROSSETTI, RG 7.225.794-5, ocupante do cargo de Agente da Fiscalização Financeira – Chefe, todos do SQC-I, do QSTC, cabendo ao primeiro a gestão do contrato, ficando cessados os efeitos do Ato 2218/2014 (ATO 1657/2015);

Comissão de Fiscalização, objeto do processo TCA-35.654/026/2014, designando como membros: FABIO POLLAS-TRINI, RG 16.458.431-6, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I; JOSÉ DAVID DE ARAUJO, RG 17.152.644-2, ocupante do cargo de Agente da Fiscalização Financeira – Chefe; DENIS FERREIRA LIMA, RG 28.302.599-2; ALEXANDRE TEIXEIRA, RG 21.507.848-2, ambos substituindo no cargo de Agente da Fiscalização Financeira – Chefe, todos do SQC-I e EDSON LUIS VIEIRA, RG 26.882.050-8, ocupante do cargo de Agente da Fiscalização Financeira – Informática, do SQC-II, todos do QSTC, cabendo ao primeiro a gestão do contrato, ficando cessados os efeitos do Ato 576/2015 (ATO 1658/2015);

Comissão de Fiscalização, objeto do processo TCA-40.419/026/13, designando como membros: NAMIR ANTÔNIO NEVES, RG 17.552.211, ocupante do cargo de Diretor Técnico de Divisão; ANA LUCIA DE BARROS CARDOSO RAMOS, RG 6.586.867-5; BEATRIZ JULIANA DE ALMEIDA LIMA, RG 18.095.005-8; SERGIO DE MELO DIAS, RG 9.210.432-0, ocupantes do cargo de Agente da Fiscalização Financeira – Chefe e JAIR JOSE PEREIRA JUNIOR, RG 30.872.705-8, substituindo no cargo de Agente da Fiscalização Financeira – Chefe, todos do SQC-I, do QSTC, cabendo ao primeiro a gestão do contrato, ficando cessados os efeitos do Ato 379/2014 (ATO 1739/2015).

DESIGNANDO:
 DENISE DA FONTE JAMPOLSKY, RG 14.559.970-X, ocupante do cargo de Auxiliar da Fiscalização Financeira II, do SQC-II; PATRICIA AGIZ ALMEIDA DA SILVA, RG 34.089.485-4, respondendo pelo cargo de Agente da Fiscalização Financeira – Chefe, do SQC-I e FLÁVIA NATARIO SANCHES, RG 28.091.394-1, ocupante do cargo de Auxiliar da Fiscalização Financeira II, do SQC-II, todos do QSTC, para comporem Comissão de Fiscalização, objeto do processo TCA-45.438/026/2014, cabendo à primeira a gestão do contrato (ATO 1659/2015);

MARCELO ZÁCCARO, RG 14.682.563, ocupante do cargo de Diretor Técnico de Divisão; MARIA APARECIDA CARVALHO, RG 5.633.739, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, ambos do SQC-I e BERNARDO LUIZ PECORARO SANCHES, RG 44.240.791-9, ocupante do cargo de Auxiliar da Fiscalização Financeira II, do SQC-II, todos do QSTC, para comporem Comissão de Fiscalização, objeto do processo TCA-22.076/026/2015, cabendo ao primeiro a gestão do contrato (ATO 1689/2015).

CONCEDENDO a:
 CLEIDE MARLEI RIZZATTI TAINO, RG 5.648.447-1, o 5º quinquênio de adicional por tempo de serviço, a partir de 31/08/2015, TCA-3744/888/18;
 CRISTINA DEL PILAR PINHEIRO BUSQUETS, RG 11.221.721, o 6º quinquênio de adicional por tempo de serviço, a partir de 11/08/2015, TCA-2652/888/18;
 DENISE DA FONTE JAMPOLSKY, RG 14.559.970-X, o 5º quinquênio de adicional por tempo de serviço, a partir de 27/08/2015, TCA-2314/888/18;

JOSÉ ACHILLES LIMA BRITO, RG 9.069.003-5, o 1º quinquênio de adicional por tempo de serviço, a partir de 19/09/2010, ficando retificado o Ato de Concessão publicado no DOE de 25/10/2011, TCA-4007/888/18;
 MÁRCIO MATTOSO MISKULIN, RG 14.483.402, o 4º quinquênio de adicional por tempo de serviço, a partir de 11/08/2015, TCA-3583/888/18;
 SAVERIO ANNUNZIATO SURIANO, RG 7.212.704-1, o 7º quinquênio de adicional por tempo de serviço, a partir de 22/08/2015, TCA-1597/888/18.

ATO DECLARATÓRIO DO DIRETOR TÉCNICO DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
 DECLARANDO nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da L.C. nº 813/96 conforme Tabela constante no TCA-4762/026/78 - artigo 1º da L.C. nº 1244/14, que o servidor GUSTAVO ANDREY DE ALMEIDA LOPES FERNANDES, RG 32.400.707-3, faz jus a incorporar à sua remuneração, a partir de 24/03/2014, 06/10 da Gratificação de Representação de Gabinete atribuída ao Grupo 1, TCA-4162/888/17.

APOSTILAS DO DIRETOR TÉCNICO DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECLARANDO, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento à decisão judicial transitada em julgado, e como determina a “Obrigação de Fazer”, PJ-F nº 0222/2015 (TC nº 32109/026/15), extraída do Processo nº 0128803-95.2007.8.26.0053, da 13ª Vara da Fazenda Pública, em nome de Priscila Silveira Ravanni e Outros, que o ex-servidor RAUL SNELL JUNIOR, RG 2.255.615, que exerceu o cargo de Agente da Fiscalização Financeira – Chefe, nomeado através do Ato nº 349/73, publicado no DOE de 15/06/73 e aposentado através do Ato nº 1121/95 publicado no DOE de 06/07/95, faz jus ao recálculo dos adicionais por tempo de serviço sobre seus vencimentos/proventos integrais, salvo as vantagens eventuais, a partir de 05/10/89, nos termos do artigo 129 da Constituição Estadual, respeitada a prescrição quinquenal.

DECLARANDO nos termos dos incisos I e II do artigo 1º da L.C. nº 813/96, que fica incorporado à remuneração do servidor GUSTAVO ANDREY DE ALMEIDA LOPES FERNANDES, RG 32.400.707-3:

05/10, a partir de 27/03/2012 e mais 01/10, a partir de 27/03/2013, da gratificação de representação de gabinete atribuída ao Grupo 1, totalizando 06/10, TCA-4162/888/17;

01/10, a partir de 27/03/2014 e mais 01/10, a partir de 27/03/2015, da gratificação de representação de gabinete atribuída ao Grupo 1, totalizando 08/10, TCA-4162/888/17.

DECLARANDO nos termos dos incisos IV e V do artigo 1º da L.C. nº 813/96, que fica incorporado à remuneração da servidora GERALDA BARBOSA GUEDES, RG 4.528.801, TCA-2226/888/17:

01/10, a partir de 20/01/2014, da diferença entre a gratificação de representação de gabinete anteriormente incorporada atribuída ao Grupo 6 (10/10) e a atribuída ao Grupo 4;

01/10, a partir de 20/01/2015, da diferença entre as gratificações de representação de gabinete anteriormente incorporadas, atribuídas ao Grupo 6 (10/10) e Grupo 4 (01/10) e a atribuída ao Grupo 1.

DECLARANDO nos termos dos incisos IV e V do artigo 1º da L.C. nº 813/96, que fica incorporado à remuneração da servidora SANDRA APARECIDA ROSA NEVES, RG 17.479.479-4, TCA-2438/888/17:

01/10, a partir de 22/07/2012 e mais 01/10, a partir de 22/07/2013, da diferença entre a gratificação de representação de gabinete anteriormente incorporada atribuída ao Grupo 5 (10/10) e a atribuída ao Grupo 2, totalizando 10/10;

01/10, a partir de 07/04/2015, da diferença entre as gratificações de representação de gabinete anteriormente incorporadas, atribuídas ao Grupo 5 (10/10), Grupo 2 (10/10) e a atribuída ao Grupo 1.

DECLARANDO nos termos do artigo 133 da Constituição do Estado, c/c a L.C. nº 924/02 e nas Resoluções nºs 06/93 e 03/97 deste Tribunal, que fica incorporado à remuneração da servidora IVONEIDE FERNANDES DO Ó, RG 17.271.635-4, a diferença apurada entre os vencimentos de seu cargo efetivo e os dos cargos abaixo discriminados, do QSTC:

01/10, a partir de 21/12/1995; 01/10, a partir de 20/12/1996; 01/10, a partir de 20/12/1997; 01/10, a partir de 20/12/1998; 01/10, a partir de 28/12/1999 e mais 01/10, a partir de 28/01/2001, Auxiliar da Fiscalização Financeira V, totalizando 06/10, ficando sem efeito as Apostilas publicadas nos DOEs de 12/09/1997 (retificada em 13/09/1997), 09/12/1997, 04/12/1998, 03/02/2000, 21/03/2002 e 16/04/2005, TCA-2216/888/23;

01/10, a partir de 09/03/2002; 01/10, a partir de 11/03/2003; 01/10, a partir de 25/03/2004; 01/10, a partir de 25/03/2005; 01/10, a partir de 09/04/2006; 01/10, a partir de 09/04/2007; 01/10, a partir de 08/04/2008; 01/10, a partir de 23/04/2009; 01/10, a partir de 07/06/2010 e mais 01/10, a partir de 22/07/2011, Encarregado de Setor, totalizando 10/10, ficando sem efeito as Apostilas publicadas nos DOEs de 16/04/2005, 03/05/2006, 10/04/2007, 12/08/2008, 12/05/2009, 29/05/2010 e 09/04/2011, TCA-2216/888/23;

01/10, a partir de 12/04/2015, Chefe de Seção, TCA-2216/888/23.

DECLARANDO nos termos do artigo 133 da Constituição do Estado, c/c a L.C. nº 924/02 e nas Resoluções nºs 06/93 e 03/97 deste Tribunal, que fica incorporado à remuneração do servidor IRINEU EMILIO, RG 8.039.553, a diferença apurada entre os vencimentos de seu cargo efetivo e os dos cargos abaixo discriminados, do QSTC:

01/10, a partir de 06/07/1999 e mais 01/10, a partir de 03/09/2000, Encarregado de Setor, totalizando 10/10, ficando sem efeito as Apostilas publicadas nos DOEs de 09/10/1998 e 04/12/1999, TCA-2815/888/23;

01/10, a partir de 29/06/2005, Chefe de Seção, TCA-2815/888/23.

DECLARANDO nos termos do artigo 133 da Constituição do Estado, c/c a L.C. nº 924/02 e nas Resoluções nºs 06/93 e 03/97 deste Tribunal, que fica incorporado à remuneração do servidor

CARLOS AUGUSTO DE LOURDES, RG 9.219.551, 01/10, a partir de 29/07/2009; 01/10, a partir de 29/07/2010; 01/10, a partir de 29/07/2011; 01/10, a partir de 28/07/2012; 01/10, a partir de 28/07/2013; 01/10, a partir de 28/07/2014 e mais 01/10, a partir de 28/07/2015, da diferença apurada entre os vencimentos do cargo de Agente de Segurança da Fiscalização e os do cargo de Encarregado de Setor, do QSTC, totalizando 09/10, TCA-3243/888/23.

DECLARANDO nos termos do artigo 133 da Constituição do Estado, c/c a L.C. nº 924/02 e nas Resoluções nºs 06/93 e 03/97 deste Tribunal, que fica incorporado à remuneração dos servidores abaixo relacionados mais 01/10 da diferença apurada entre os vencimentos de seus cargos efetivos e dos abaixo discriminados, do QSTC:

DEBORA GEORGIA TRISTÃO DE FIGUEIREDO, RG 21.565.092-X, a partir de 08/08/2015, Agente da Fiscalização Financeira, totalizando 10/10, TCA-2406/888/23;

EDUARDO TAKACHI TSUMITA, RG 14.295.904, a partir de 30/08/2015, Diretor Técnico de Divisão, totalizando 10/10, TCA-2300/888/23.

DESPACHOS DO DIRETOR TÉCNICO DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVERBANDO, nos termos dos artigos 209 e 210 do E.F.P., 90 dias de licença-prêmio a que fazem jus:

CLEIDE MARLEI RIZZATTI TAINO, RG 5.648.447-1, conforme TCA-3744/888/14;

CONCEIÇÃO APARECIDA MOREIRA PINTO MÜTSCHLE, RG 13.738.363-0, conforme TCA-2463/888/14;

MÁRCIO MATTOSO MISKULIN, RG 14.483.402, conforme TCA-3583/888/14;

SANDRA BARACHO CESTARI DE SOUZA, RG 11.724.203-2, conforme TCA-1666/888/14.

PRORROGANDO, nos termos do artigo 60, parágrafo 1º, da Lei nº 10.261/68, o prazo para exercício de ANDREY FERNANDO DA SILVA RIBEIRO, RG 11.521.025-4, nomeado para exercer o cargo de Agente da Fiscalização Financeira - Informática, do SQC-II, do QSTC, TC-32697/026/15.

TORNANDO INSUBSISTENTE a apostila do Diretor Técnico do Departamento Geral de Administração, publicada no dia 16/09/2015, referente ao ex-servidor RAUL SNELL JUNIOR.

DIRETORIA DE MATERIAIS

DM5

DIRETORIA DE MATERIAIS - SEÇÃO DE LICITAÇÕES - DM-5 PREGÃO ELETRÔNICO TCE 57/15 - ABERTURA

Encontra-se aberto o PREGÃO ELETRÔNICO TCE nº 57/15 - Objeto do processo TC-A- 17.383/026/15, visando à aquisição de dispositivos do tipo tablet. A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site da Bolsa Eletrônica de Compras: www.bec.sp.gov.br (Pregão Eletrônico) com início previsto para 30/09/2015, às 10h. O edital na íntegra será disponibilizado nos endereços eletrônicos: www.bec.sp.gov.br e www.tce.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO TCE 49/15 - HOMOLOGAÇÃO

TC-A- 20.055/026/15 - Objeto: Aquisição de licença de software para transmissão ao vivo das sessões plenárias e demais eventos organizados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Extraí-se da ata da sessão pública eletrônica realizada pelo sistema “BEC - Bolsa Eletrônica de Compras” em 27/08/2015 que, não havendo a apresentação de propostas para o item 1, o certame foi declarado deserto. Despacho da Presidência: Diante dos elementos de instrução, notadamente a Ata da Sessão Pública, bem como as manifestações do Pregoeiro, DTI e DGA, HOMOLOGO os atos praticados no Pregão Eletrônico nº 49/15, observando que o item licitado foi declarado DESERTO.

CONCURSOS PÚBLICOS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2015 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo faz saber que realizará Concurso Público para provimento do cargo Auxiliar da Fiscalização Financeira II, do Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas de São Paulo, o qual se regerá de acordo com as Instruções Especiais constantes deste Edital.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Concurso Público será realizado em São Paulo – Capital, sob a responsabilidade da Fundação Carlos Chagas, obedecidas as normas deste Edital, cujas atribuições ultimam-se com a publicação do ato que homologa o resultado final do concurso.
- 1.2 O Concurso destina-se ao provimento de 125 (cento e vinte e cinco) cargos vagos de Auxiliar da Fiscalização Financeira II, constantes do Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como das vagas que vierem a ocorrer durante o prazo de validade do certame.
- 1.3 O Conteúdo Programático consta do Anexo 1, deste Edital.

2. DO CARGO: REMUNERAÇÃO, VAGAS E LOTAÇÃO

- 2.1 O cargo, a escolaridade, os pré-requisitos, os vencimentos e o número de vagas são os estabelecidos a seguir:

| Cargo | Escolaridade – Pré-Requisito (a serem comprovados no ato da posse) | Vencimentos (remuneração mensal, já incluídas as gratificações pertinentes) | Total de Vagas(*) | Vagas para Deficientes (**) |
|--|--|---|-------------------|-----------------------------|
| Auxiliar da Fiscalização Financeira II | Ensino Médio Completo | R\$ 4.606,80 | 125 | 5 |

(*) Total de vagas, incluindo as reservadas para candidatos Portadores de Deficiência.
 (**) Reserva de vagas para candidatos Portadores de Deficiência, em atendimento à Lei Complementar Estadual nº 1.115/2010, no que couber, ao Decreto Federal nº 3.298/1999, e observado, ainda o decidido pelo Excelso Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança MS 26310-5, com acórdão publicado no Diário de Justiça de 31/10/2007.

2.2 As vagas a serem providas estão assim distribuídas:

| Código de Opção de Cidade de Lotação | Cidade de Lotação | Nº de Vagas | Nº de Vagas reservadas a portadores de deficiência |
|--------------------------------------|------------------------------|-------------|--|
| A01 | São Paulo - Capital | 106 | 5 |
| B02 | UR-2 - Bauru | 1 | – |
| C03 | UR-6 - Ribeirão Preto | 1 | – |
| D04 | UR-8 - São José do Rio Preto | 1 | – |
| E05 | UR-11 - Fernandópolis | 1 | – |
| F06 | UR-13 - Araraquara | 4 | – |
| G07 | UR-15 - Andradina | 2 | – |
| H08 | UR-16 - Itapeva | 3 | – |
| I09 | UR-17 - Ituverava | 1 | – |
| J10 | UR-19 - Mogi Guaçu | 3 | – |
| K11 | UR-20 - Santos | 2 | – |

3. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- 3.1 Executar atividades rotineiras e burocráticas, realizar acompanhamento e controle de documentos e outras atividades correlatas que requeiram conhecimentos específicos da área de atuação do Tribunal de Contas.

4. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

- 4.1 Os candidatos aprovados no Concurso de que trata este Edital serão investidos no cargo se atenderem às seguintes exigências, na data da posse:
- preencher os requisitos previstos no artigo 37, I, da Constituição Federal ou gozar das prerrogativas asseguradas pela Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, promulgada pelo Decreto Federal n.º 70.391, de 12 de abril de 1972, ou pelo Estatuto da Igualdade, regulamentado pelo Decreto Federal n.º 70.436, de 18 de abril de 1992;
 - ter 18 (dezoito) anos de idade completos;
 - estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e do Serviço Militar;
 - gozar de boa saúde física e mental;
 - não registrar antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
 - ter cumpridos os prazos estabelecidos nos artigos 254 e 307, parágrafo único, ambos da Lei Estadual nº 10.261/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 942/2003, referentes a penas disciplinares sofridas no exercício de cargo, função ou emprego públicos. Esses prazos também devem ser observados no caso de candidatos penalizados no âmbito de prazos entes federativos, começando a contar o período – em quaisquer das hipóteses – do primeiro dia útil da data das inscrições conforme estabelecido neste Edital;
 - ser possuidor de diploma ou certificado de conclusão de Ensino Médio, fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação.

5. DAS INSCRIÇÕES

- 5.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes disposições e a tácita aceitação das condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 5.1.1 De forma a evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor da inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Concurso Público.
- 5.2 As inscrições para o Concurso serão realizadas **exclusivamente por meio da Internet**, no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br), no horário ininterrupto de 10 horas do dia **21/09/2015** às 14 horas do dia **23/10/2015**, observado o horário de Brasília.
- 5.2.1 O período de inscrição poderá ser prorrogado por necessidade de ordem técnica e/ou operacional a critério do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e/ou da Fundação Carlos Chagas.
- 5.2.2 A prorrogação das inscrições de que trata o item anterior poderá ser feita sem prévio aviso, bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.concursosfcc.com.br, da Fundação Carlos Chagas.
- 5.3 Para inscrever-se, o candidato deverá acessar a página da Fundação Carlos Chagas na Internet (www.concursosfcc.com.br) durante o período das inscrições e, por meio dos *links* referentes ao Concurso Público, efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:
- 5.3.1 Ler e aceitar o Requerimento de Inscrição, preencher o Formulário de Inscrição, transmitir os dados pela Internet;
- 5.3.2 Efetuar o pagamento no valor de **R\$ 52,76** (cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos), referente à inscrição por meio de boleto bancário, a título de ressarcimento de despesas com material e serviços, de acordo com as instruções constantes no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br), até a data limite para pagamento das inscrições (**23/10/2015**).
- 5.3.2.1 O boleto bancário, disponível no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br), deverá ser impresso para o pagamento do valor da inscrição, após conclusão do preenchimento do Formulário de Inscrição, em qualquer banco do sistema de compensação bancária.
- 5.3.2.2 O pagamento do boleto poderá ser efetuado em dinheiro ou cheque do próprio candidato.
- 5.3.2.2.1 O pagamento efetuado por meio de cheque somente será considerado quitado após a respectiva compensação.
- 5.3.2.2.2 Em caso de devolução do cheque, qualquer que seja o motivo, considerar-se-á automaticamente sem efeito a inscrição.
- 5.3.2.3 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.
- 5.3.3 O candidato inscrito não deverá enviar cópia do documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato de inscrição, sob as penas da lei.
- 5.3.4 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a Fundação Carlos Chagas não se responsabilizam por solicitações de inscrições não recebidas por motivo de falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 5.3.5 A partir de **30/09/2015** o candidato deverá conferir, no endereço eletrônico da Fundação Carlos Chagas, a regularidade do registro dos dados de inscrição e do recolhimento do valor da inscrição. Detectando irregularidade, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da Fundação Carlos Chagas pelo telefone (0XX11) 3723-4388, de segunda a sexta-feira, úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília), para verificar o ocorrido.
- 5.3.6 As inscrições somente serão confirmadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição.
- 5.3.7 Será cancelada a inscrição com pagamento efetuado em valor menor que o estabelecido no subitem 5.3.2, ou após a data limite para pagamento (**23/10/2015**).
- 5.3.8 Efetivada a inscrição não haverá, em hipótese alguma, devolução da importância paga.
- 5.3.9 Ao candidato será atribuída total responsabilidade pelo correto preenchimento do Formulário de Inscrição.
- 5.3.10 O descumprimento das instruções para inscrição implicará a sua não efetivação.
- 5.4 As informações prestadas no Formulário Eletrônico de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e à Fundação Carlos Chagas o direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher o respectivo documento de forma completa, correta e legível, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.
- 5.5 Efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de Opção de Cidade de Lotação, bem como não haverá, em hipótese alguma, devolução da importância paga.
- 5.6 Não serão aceitas inscrições por depósito em caixa eletrônico, via postal, *fac-símile* (fax), depósito em conta corrente, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.
- 5.7 Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.
- 5.8 Não serão aceitos pedidos de isenção ou de redução do pagamento de inscrição, com **exceção** dos seguintes casos:
- Os candidatos que se julgarem amparados pela Lei Estadual nº 12.147/2005, que prevê a gratuidade da inscrição em Concursos Públicos e pela Lei Estadual nº 12.782/2007, que prevê a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da inscrição, poderão requerer a isenção ou a redução do valor do pagamento nos casos indicados a seguir.
- 5.9 **Isenção do pagamento do valor da inscrição para o Doador de Sangue:**
- Para ter direito à isenção, o doador deverá comprovar a doação de sangue, que não poderá ser inferior a 3 (três) vezes em um período de 12 (doze) meses, a contar da data do término do requerimento de isenção do pagamento da inscrição, realizada em órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
 - A comprovação da condição de doador de sangue deverá ser encaminhada no original ou cópia autenticada em papel timbrado com data, assinatura e carimbo da entidade coletora, via Sedex ou Aviso de Recebimento - AR, à Fundação Carlos Chagas (A/C Coordenação de Execução de Projetos - Ref.: Isenção do Pagamento do Valor de Inscrição/TCE-SP) - Av. Prof. Francisco Morato, 1565, Jardim Guedala - São Paulo - SP - CEP 05513-900, até **25/09/2015**.
- 5.10 **Redução de pagamento do valor da inscrição:** terá direito à redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da inscrição o candidato que comprovar **CUMULATIVAMENTE**, os requisitos dos subitens 5.10.1 e 5.10.2:

- 5.10.1 **Ser estudante regularmente matriculado em uma das séries do ensino fundamental ou médio, curso pré-vestibular, curso superior em nível de graduação ou pós-graduação.** Para comprovar a condição de estudante o candidato deverá encaminhar um dos seguintes documentos:

- original ou cópia autenticada de certidão ou declaração (atualizada), em papel timbrado, com assinatura e carimbo do setor competente, expedida por instituição de ensino público ou privado;
- cópia autenticada da carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino público ou privado, ou por entidade de representação discente.

- 5.10.2 **Perceber remuneração mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos ou estiver desempregado.**

- O candidato deverá encaminhar cópia autenticada do comprovante de renda (atual), ou;
- Se desempregado, deverá enviar declaração, por escrito, da condição de desempregado, contendo nome completo do candidato, número do documento de identidade, número do CPF, data e assinatura.

- 5.11 O candidato deverá identificar a documentação enviada para (isenção ou redução) com seu nome completo, número de identidade e CPF.
- 5.12 O candidato deverá observar atentamente a documentação a ser enviada para comprovar as condições para isenção ou redução do valor da inscrição.
- 5.12.1 Não serão deferidos requerimentos cujos documentos refiram-se a condição diversa da solicitada no ato da inscrição via internet.
- 5.13 As inscrições isentas ou com redução do valor do pagamento de que tratam os itens 5.9 e 5.10 deste Capítulo serão realizadas no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br), no período das **10:00 horas do dia 21/09/2015 às 23:59 horas do dia 25/09/2015** (horário de Brasília), por meio do *link* referente a este Concurso Público, devendo o candidato ler e aceitar o Requerimento de Inscrição.
- 5.14 O candidato deverá encaminhar original ou cópia autenticada dos documentos indicados nos itens 5.9, 5.10 e seus subitens, deste Capítulo, até **25/09/2015**, via Sedex ou Aviso de Recebimento - AR, à Fundação Carlos Chagas (A/C Coordenação de Execução de Projetos - Ref.: Isenção ou Redução do Valor de Pagamento da Inscrição/TCE-SP - Av. Prof. Francisco Morato, 1565, Jardim Guedala - São Paulo - SP - CEP 05513-900).
- 5.15 Não serão consideradas as cópias não autenticadas, bem como os documentos encaminhados via *fac-símile* (fax), via Correio Eletrônico ou por outro meio que não o estabelecido neste Edital.
- 5.16 Consideram-se, também, cópias autenticadas, para fins de comprovação de documentos de isenção ou de redução descrita neste Capítulo, os documentos contendo carimbos com a descrição "confere com o original", datados e assinados por autoridade pública.
- 5.17 Os documentos encaminhados para análise do pedido de Inscrição Isenta ou com Redução do Valor do Pagamento terão validade somente para este Concurso e não serão devolvidos.
- 5.18 As informações prestadas no requerimento de inscrição isenta ou com redução e a documentação apresentada serão de inteira responsabilidade do candidato, respondendo civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.
- 5.19 A qualquer tempo poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo ou não seu pedido.
- 5.20 O candidato que não comprovar as condições constantes nos subitens 5.10.1 e 5.10.2, **CUMULATIVAMENTE**, não terá o pedido de redução do valor do pagamento da inscrição deferido e a inscrição só será validada mediante pagamento do valor total da respectiva inscrição.
- 5.21 Expirado o período de postagem dos documentos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.
- 5.22 Os pedidos de isenção ou de redução de pagamento do valor da inscrição serão analisados e julgados pela Fundação Carlos Chagas.
- 5.23 Não será concedida isenção ou redução do pagamento do valor de inscrição ao candidato que:
- deixar de efetuar o requerimento de inscrição pela Internet;
 - omitir informações e/ou torná-las inverídicas.
- 5.24 Declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto n.º 83.936, de 6 de setembro de 1979.
- 5.24.1 A qualquer tempo poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo ou não seu pedido.
- 5.25 A partir do dia **19/10/2015**, o candidato deverá verificar no endereço eletrônico da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br) os resultados da análise dos pedidos de isenção e de redução do pagamento da inscrição deferidos e indeferidos, observados os motivos do indeferimento.
- 5.26 O candidato que tiver seu requerimento de inscrição isenta deferido terá a respectiva inscrição validada, não gerando boleto para pagamento.
- 5.27 O candidato que tiver seu requerimento de inscrição com redução do valor deferido deverá retornar ao site da Fundação Carlos Chagas para gerar boleto para pagamento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da inscrição, e efetuar o pagamento até a data limite de **23/10/2015**.
- 5.27.1 O candidato que não efetuar o pagamento do valor da inscrição reduzido terá sua inscrição invalidada.
- 5.28 Os candidatos cujos pedidos de isenção ou de redução tenham sido indeferidos e que queiram participar do certame, deverão retornar ao site da Fundação Carlos Chagas e gerar o boleto para pagamento do valor da inscrição, até a data limite de **23/10/2015**.
- 5.29 O candidato que tiver seu requerimento de inscrição isenta ou com valor reduzido indeferido poderá apresentar recurso no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação, no site da Fundação Carlos Chagas, da relação de inscrições indeferidas.
- 5.29.1 Após a análise dos recursos referentes ao indeferimento do requerimento de inscrição isenta ou de valor reduzido, será publicado no site da Fundação Carlos Chagas a relação dos pedidos deferidos e indeferidos.
- 5.30 Ao acessar o site da Fundação Carlos Chagas o candidato será automaticamente informado pelo sistema de inscrição se:
- seu requerimento de inscrição isenta foi deferido e a inscrição efetivada, não gerando boleto para pagamento;
 - seu requerimento de inscrição com valor reduzido foi deferido, devendo gerar o boleto com valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da correspondente inscrição, para pagamento até o dia **23/10/2015**.
- 5.31 Será eliminado do Concurso Público o candidato que, não atendendo aos requisitos previstos, tenha obtido, com emprego de fraude ou qualquer outro meio que evidencie má fé, a redução de que trata esta lei.
- 5.32 O candidato que necessitar de condição especial para realização da prova deverá solicitá-la até o término das inscrições (**23/10/2015**), via Sedex ou Aviso de Recebimento (AR), à Fundação Carlos Chagas (A/C Coordenação de Execução de Projetos – Ref.: Solicitação/Concurso Público – TCE-SP – Av. Prof. Francisco Morato, 1565, Jardim Guedala – São Paulo – SP – CEP 05513-900).
- 5.32.1 O candidato deverá encaminhar, anexo à sua solicitação de condição especial para realização da prova, Laudo Médico (original ou cópia autenticada) atualizado, que justifique o atendimento especial solicitado.
- 5.32.2 O candidato que não o fizer até o término das inscrições, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a condição especial atendida.
- 5.32.3 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.
- 5.33 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.
- 5.33.1 A lactante deverá encaminhar sua solicitação até o término das inscrições (**23/10/2015**), via Sedex ou Aviso de Recebimento (AR), à Fundação Carlos Chagas (Coordenação de Execução de Projetos - Ref.: Solicitação/TCE-SP - Av. Prof. Francisco Morato, 1565, Jardim Guedala, São Paulo - SP - CEP 05513-900).
- 5.33.2 A candidata lactante deverá apresentar-se, no dia da aplicação da prova, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.
- 5.33.3 A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.
- 5.33.4 Não será disponibilizado, pela Fundação Carlos Chagas, responsável para a guarda da criança, e a sua ausência acarretará à candidata a impossibilidade de realização da prova.
- 5.33.5 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.
- 5.33.6 Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de bebês ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
- 5.33.7 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
- 5.34 As informações prestadas no Formulário de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e à Fundação Carlos Chagas o direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher esse documento oficial de forma completa, correta e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

6. DAS INSCRIÇÕES PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 6.1 Ao candidato que se julgar amparado pelo disposto na Lei Complementar Estadual nº 1.115/2010 e pelas prerrogativas que lhe são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, é assegurado o direito de inscrição para o cargo em Concurso Público, desde que a deficiência de que é portador seja compatível com as atribuições do cargo.
- 6.2 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Lei Complementar Estadual nº 1.115/2010, bem como no que couber o Decreto Federal nº 3.298/1999, e observado o decidido pelo Excelso Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança MS 26310-5, com acórdão publicado no Diário de Justiça de 31/10/2007, será reservado aos candidatos portadores de deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas colocadas em concurso, por cidade de lotação, conforme quadro constante no Capítulo 2, item 2.2 deste Edital.
- 6.2.1 Na forma do previsto no § 3º, do artigo 1º da Lei Complementar Estadual nº 1.115/2010, as frações decorrentes do cálculo de que trata o item 6.2 somente foram objeto de arredondamento para o número inteiro subsequente quando maiores ou iguais a 5 (cinco).
- 6.2.2 Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.
- 6.3 Quando da nomeação serão chamados os candidatos aprovados das listas (geral e específica), de maneira sequencial e alternada. A nomeação se inicia com o primeiro candidato da lista geral, passando ao primeiro da lista específica de deficientes e assim sucessivamente, seja qual for o número de chamados, aplicando-se sempre a regra do artigo 37, § 2º, do Decreto Federal nº 3.298/1999. Os candidatos da lista específica de deficientes serão chamados até esgotar-se o percentual da reserva legal estabelecida no item 6.2 deste Capítulo, quando então as vagas serão destinadas apenas aos candidatos da lista geral.
- 6.4 As vagas definidas no item 6.2 deste Capítulo que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência ou por reprovação no Concurso ou na Perícia Médica serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem classificatória.
- 6.5 As pessoas portadoras de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/1999, particularmente em seu artigo 40, participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 6.5.1 O candidato deverá declarar, quando da inscrição:
- conhecer o Decreto Federal nº 3.298/1999 e o Decreto Federal nº 5.296/2004;
 - estar ciente das atribuições do cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação durante o estágio probatório;
 - ser pessoa com deficiência, especificando sua deficiência no Formulário de Inscrição e informando se deseja concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência.
- 6.6 O candidato deverá durante o período de inscrições (do dia 21/09/2015 ao dia 23/10/2015), encaminhar a documentação relacionada abaixo via **Internet** ou **Correios**:
- **Internet**, por meio do link de inscrição do Concurso Público (www.concursosfcc.com.br);
 - ou
 - **Correios**, por meio de Sedex ou Aviso de Recebimento (AR), à **Fundação Carlos Chagas** (A/C Coordenação de Execução de Projetos - Ref.: Laudo Médico/Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Av. Professor Francisco Morato, 1565, Jardim Guedala - São Paulo - SP - CEP 05513-900), considerando, para este efeito, a data da postagem, o documento a seguir:
 - Laudo Médico expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do início das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG) e número do CPF;
 - O candidato com deficiência visual, que necessitar de prova especial em Braille, ou Ampliada, ou leitura de sua prova, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito, até o término das inscrições, especificando o tipo de deficiência;
 - O candidato com deficiência auditiva, que necessitar do atendimento do intérprete de Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito, até o término das inscrições;
 - O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação, por escrito, até o término das inscrições, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.
- e) O candidato com deficiência física, que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá solicitar, por escrito, até o término das inscrições, mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de fiscal para auxiliar no manuseio das provas e transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc. especificando o tipo de deficiência.
- f) Não serão aceitos ou considerados documentos entregues ou enviados diretamente ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 6.6.1 Aos candidatos com deficiências visuais (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo utilizar-se de soroban.
- 6.6.2 Aos candidatos com deficiências visuais (baixa visão) que solicitarem prova especial Ampliada serão oferecidas provas nesse sistema.
- 6.6.2.1 O candidato deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova Ampliada, entre 18, 24 ou 28. Não havendo indicação de tamanho de fonte, a prova será confeccionada em fonte 24.
- 6.6.3 Os candidatos com deficiências visuais (cegos ou baixa visão), que solicitarem prova especial por meio da utilização de software, deverão indicar um dos relacionados a seguir:
- Dos Vox (sintetizador de voz);
 - Jaws (Leitor de Tela);
 - ZoomText (Ampliação ou Leitura).
- 6.7 Na hipótese de serem verificados problemas técnicos no computador e/ou software mencionados no item 6.6.3, será disponibilizado, ao candidato, fiscal leitor para leitura de sua prova.
- 6.8 O candidato com deficiência que necessitar de tratamento diferenciado nos dias do concurso deverá requerê-lo, na forma e no prazo definidos neste Edital, indicando as condições especiais de que necessita para a realização das provas.
- 6.8.1 O atendimento das condições especiais solicitadas para a realização das provas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.
- 6.9 As instruções para envio do laudo médico no link de inscrição do Concurso, conforme disposto no item 6.6, deste Capítulo, estarão disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas.
- 6.9.1 É de inteira responsabilidade do candidato o envio correto de arquivos.
- 6.9.2 A Fundação Carlos Chagas e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo não se responsabilizam por falhas no envio dos arquivos, tais como: arquivos em branco ou incompletos, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 6.10 O candidato que encaminhar laudo médico, de acordo com o especificado no item 6.6, e que, não tenha indicado no ato da inscrição se deseja concorrer às vagas reservadas, automaticamente será considerado como "concorrendo às vagas reservadas".
- 6.11 Os candidatos que, dentro do prazo do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 6.6 e subitens não concorrerão às vagas reservadas e não terão a prova e/ou condições especiais atendidas, seja qual for o motivo alegado.
- 6.12 No dia 09/11/2015 será publicado no site www.concursosfcc.com.br, da Fundação Carlos Chagas, uma lista contendo o **deferimento** dos laudos médicos e das condições especiais solicitadas.
- 6.12.1 O candidato cujo laudo seja considerado inválido ou tenha a solicitação indeferida poderá interpor recurso no prazo de dois dias úteis após a publicação indicada no item 6.12, vedada a juntada de documentos.
- 6.13 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá alegar a referida condição em seu benefício e não poderá impetrar recurso administrativo em favor de sua condição.
- 6.14 Em atendimento ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 1.115/2010, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação das listas de classificação, será agendada perícia médica para todos os candidatos portadores de deficiência aprovados, os quais, antes da homologação do resultado final, deverão submeter-se à Perícia Médica para efetiva verificação da deficiência declarada, bem assim da sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.
- 6.14.1 A perícia será realizada no órgão médico oficial do Estado, em data por este designada, por especialista da área de deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.
- 6.14.2 Quando a perícia concluir inaptidão do candidato, ou pela inexistência da deficiência declarada, constituir-se-á, no prazo de 5 (cinco) dias, junta médica para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.
- 6.14.3 A indicação de profissional pelo interessado deverá ser feita no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência do laudo referido no subitem 6.14.1.

Visite nossas livrarias:

livraria.imprensaoficial.com.br

livraria virtual

Rua XV de Novembro, 318

2ª a 6ª feira das 09h às 18h



- 6.14.4 A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame.
- 6.14.5 A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, conforme item 6.6 deste Capítulo.
- 6.14.6 Não caberá qualquer recurso da decisão proferida pela junta médica.
- 6.15 Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo postulado, o candidato será eliminado do certame.
- 6.16 Será eliminado da lista de deficientes o candidato cuja deficiência assinalada, no Formulário de Inscrição, não se fizer constatada na forma do artigo 4º e seus incisos do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, devendo o mesmo permanecer apenas na lista de classificação geral.
- 6.17 As vagas que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência ou por reprovação no Concurso serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem classificatória.
- 6.18 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas aos portadores de deficiência.
- 6.19 O laudo médico apresentado terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido.
- 6.20 Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação, licença-saúde ou aposentadoria por invalidez.
- 6.21 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato portador de deficiência à perícia médica de que trata o item 6.14 deste Capítulo.

7. DAS PROVAS

- 7.1 O concurso constará das provas, número de questões, peso, tempo de duração e caráter, conforme quadro a seguir:

| Cargo | Provas | Nº de Questões | Peso | Duração | Caráter |
|--|---------------------------|----------------|------|---------|--------------------------------|
| Auxiliar de Fiscalização Financeira II | Conhecimentos Gerais | 30 | 1 | 4h | Eliminatório e Classificatório |
| | Conhecimentos Específicos | 40 | 2 | | |

- 7.2 As Provas Objetivas, de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos, constarão de questões objetivas de múltipla escolha, com cinco alternativas cada uma e versarão sobre assuntos dos programas constantes do Anexo 1 deste Edital.

8. DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS

- 8.1 A aplicação das provas está prevista para o dia **06/12/2015** e realizar-se-á na Cidade de São Paulo-SP.
- 8.2 A aplicação das provas na data prevista dependerá da disponibilidade de locais adequados à sua realização.
- 8.3 Caso o número de candidatos inscritos exceda à oferta de lugares adequados nos estabelecimentos localizados na Cidade de São Paulo/SP, a Fundação Carlos Chagas reserva-se o direito de aloca-los em cidades próximas à determinada para aplicação das provas, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.
- 8.4 Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em domingos ou feriados.
- 8.5 A confirmação da data e as informações sobre horários e locais serão divulgadas oportunamente por meio de Edital de Convocação para Provas, a ser publicado no Diário Oficial do Estado – Poder Legislativo – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de Cartões Informativos que serão encaminhados aos candidatos por *e-mail* e pelos *sites* da Fundação Carlos Chagas e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: www.concursosfcc.com.br e www.tce.sp.gov.br. Para tal, é imprescindível que o endereço constante no Formulário Eletrônico de Inscrição esteja completo e correto.
- 8.5.1 Não serão encaminhados Cartões Informativos de candidatos cujo endereço eletrônico informado no Formulário de Inscrição esteja incompleto ou incorreto.
- 8.5.2 A Fundação Carlos Chagas e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo não se responsabilizam por informações incorretas ou incompletas de endereço eletrônico, ou por falhas na entrega de mensagens eletrônicas causadas por endereço eletrônico incorreto ou, ainda, por problemas no provedor de acesso do candidato tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros *anti-spam*, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, devendo o candidato sempre consultar o *site* da Fundação Carlos Chagas para verificar as informações pertinentes ao Concurso.
- 8.5.3 O candidato receberá o Cartão Informativo por *e-mail*, no endereço eletrônico informado no ato da inscrição, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção e atualização de seu correio eletrônico.
- 8.5.4 A comunicação feita por *e-mail* é meramente informativa. O candidato deverá acompanhar no Diário Oficial do Estado de São Paulo – Poder Legislativo – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no *site* da Fundação Carlos Chagas e na portaria do Prédio Sede do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a disponibilização do Edital de Convocação para realização das provas.
- 8.5.4.1 O envio de comunicação pessoal dirigida ao candidato, que por qualquer motivo não for recebida, não desobriga o candidato do dever de consultar o Edital de Convocação para Provas.
- 8.6 O candidato que não receber o Cartão Informativo até o 3º (terceiro) dia que antecede a aplicação das provas ou que tiver dúvidas quanto ao local, data e horários de realização das provas, deverá:
- a) entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da Fundação Carlos Chagas, pelo telefone (0XX11) 3723-4388, de segunda a sexta-feira, úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília) ou consultar os *sites* da Fundação Carlos Chagas: www.concursosfcc.com.br ou do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: www.tce.sp.gov.br; ou
- b) dirigir-se à sede do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, à Avenida Rangel Pestana, 315, Centro, São Paulo – SP, de segunda a sexta-feira, úteis, das 8 às 17 horas (horário de Brasília), para verificar nas listas afixadas na parte externa do Edifício Sede, a data, o horário e o local definidos para realização de sua prova.
- 8.7 O candidato só poderá realizar a prova na data, local e horário constantes:
- a) nas listas afixadas no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- b) no Cartão Informativo encaminhado ao candidato por meio do *e-mail* informado;
- c) no endereço eletrônico da Fundação Carlos Chagas.
- 8.8 Eventuais erros de digitação verificados no Cartão Informativo enviado ao candidato, ou erros observados nos documentos impressos, entregues ao candidato no dia da realização das provas, quanto a nome, número de documento de identidade, sexo, data de nascimento e endereço e critério de desempate, deverão ser corrigidos por meio do *site* da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes da página do Concurso, até o terceiro dia útil após a aplicação das Provas.
- 8.8.1 O candidato que não solicitar as correções dos dados pessoais nos termos do item 8.8 deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.
- 8.8.2 Caso haja inexatidão na informação relativa à condição de candidato com deficiência, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da Fundação Carlos Chagas, pelo telefone (0XX11) 3723-4388, de segunda a sexta-feira, úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília) com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data de realização da prova.
- 8.8.3 O candidato que não entrar em contato com o SAC no prazo mencionado será o exclusivo responsável pelas consequências advindas de sua omissão.
- 8.9 Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, como: Carteira e/ou Cédulas de Identidade expedidas por Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteira do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997), bem como carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade;
- 8.9.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteira nacional de habilitação sem foto, carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade.
- 8.9.2 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

- 8.9.3 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, sendo então submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
- 8.9.4 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura, à condição de conservação do documento e/ou à própria identificação.
- 8.10 Não haverá segunda chamada ou repetição de prova.
- 8.10.1 O candidato não poderá alegar desconhecimentos quaisquer sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.
- 8.10.2 O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Concurso Público.
- 8.11 Objetivando garantir a lisura e a idoneidade do Concurso Público – o que é de interesse público e, em especial, dos próprios candidatos – bem como sua autenticidade, será solicitado aos candidatos, quando da aplicação das provas, a autenticação digital e a assinatura em campo específico, por três vezes, nas Folhas de Respostas personalizadas.
- 8.11.1 A autenticação digital e assinaturas dos candidatos em sua Folha de Respostas visa a atender o disposto no item 12.7, deste Edital.
- 8.12 Nas Provas Objetivas, o candidato deverá assinalar as respostas na Folha de Respostas, único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno de Questões. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- 8.12.1 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.
- 8.12.2 Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.
- 8.12.3 Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.
- 8.13 O candidato deverá comparecer ao local designado munido, obrigatoriamente, de caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- 8.13.1 O candidato deverá preencher os alvéolos, na Folha de Respostas da Prova Objetiva, com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul.
- 8.14 O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal da sala o caderno de questões e a Folha de Respostas personalizadas.
- 8.15 Durante a realização das Provas, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- 8.16 O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos na Folha de Respostas, em especial seu nome, número de inscrição, número do documento de identidade e opção de cargo/cidade de lotação.
- 8.17 Motivarão a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Concurso, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.
- 8.17.1 Por medida de segurança os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas, à observação dos fiscais de sala, durante a realização das provas.
- 8.17.2 Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha.
- 8.18 Poderá ser excluído do Concurso Público o candidato que:
- a) apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorrida uma hora do início das provas;
- g) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pela Fundação Carlos Chagas no dia da aplicação das provas;
- h) ausentar-se da sala de provas levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;
- i) estiver portando armas no ambiente de provas, mesmo que possua o respectivo porte;
- j) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- k) não devolver integralmente o material recebido;
- l) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar;
- m) estiver fazendo uso de qualquer espécie de relógio e qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação tais como: telefone celular, *tablets* ou outros equipamentos similares;
- n) estiver fazendo uso de protetor auricular, fones de ouvido ou;
- o) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
- 8.19 O candidato ao ingressar no local de realização das provas, deverá manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, ainda que os sinais de alarme estejam nos modos de vibração e silencioso.
- 8.19.1 Recomenda-se ao candidato, no dia da realização da prova, não levar nenhum dos objetos indicados na alínea “m” do item 8.18 deste Capítulo.
- 8.19.2 Caso seja necessário o candidato portar algum dos objetos indicados na alínea “m”, estes deverão ser acondicionados, no momento da identificação, em embalagem específica a ser fornecida pela Fundação Carlos Chagas exclusivamente para tal fim, devendo a embalagem permanecer embaixo da mesa/carteira durante toda a aplicação da prova.
- 8.19.3 É aconselhável que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do despertador, caso esteja ativado.
- 8.20 Será excluído do Concurso, o candidato que estiver utilizando ou portando em seu bolso os objetos indicados na alínea “m”, item 8.18, deste Capítulo, após o procedimento estabelecido no subitem 8.19.2 deste Capítulo.
- 8.21 Os demais pertences pessoais dos candidatos, tais como: bolsas, sacolas, bonés, chapéus, gorros ou similares, óculos escuros, protetores auriculares, fones de ouvido, serão acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala, onde deverão permanecer até o término da prova.
- 8.21.1 A Fundação Carlos Chagas e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.
- 8.22 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, a Fundação Carlos Chagas procederá à inclusão do candidato, mediante a apresentação de comprovação de pagamento, com o preenchimento de formulário específico.
- 8.22.1 A inclusão de que trata o item 8.22 será realizada de forma condicional e será analisada pela Fundação Carlos Chagas, na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.
- 8.22.2 Constatada a impropriedade da inscrição, esta será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 8.23 Os candidatos poderão ser submetidos ao sistema de detecção de metal no dia da realização das provas.
- 8.24 A inviolabilidade do sigilo das provas será comprovada no momento de romper-se o lacre das caixas de provas mediante termo formal e na presença de 3 (três) candidatos nos locais de realização das provas.
- 8.25 Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de se verificarem falhas de impressão, o Coordenador do Colégio, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:
- a) substituir os Cadernos de Questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, à leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;
- c) estabelecer, se a ocorrência verificar-se após o início da prova e após ouvido o Plantão da Fundação Carlos Chagas, prazo para reposição do tempo usado para regularização do caderno.
- 8.26 Haverá, em cada sala de prova, cartaz/marcador de tempo para que os candidatos possam acompanhar o tempo de prova.
- 8.27 Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e o candidato será automaticamente eliminado do Concurso.
- 8.28 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.
- 8.29 Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.
- 8.30 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, não serão fornecidos exemplares dos Cadernos de Questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Concurso. O candidato deverá consultar o Cronograma de Provas e Publicações (Anexo 2), para tomar conhecimento da(s) data(s) prevista(s) para divulgação das questões das Provas Objetivas, dos gabaritos e/ou dos resultados.
- 8.30.1 As questões das Provas Objetivas ficarão disponíveis no *site* www.concursosfcc.com.br até o último dia para interposição de recursos referentes ao Resultado das Provas Objetivas.

9. DO JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

- 9.1 As Provas Objetivas, de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos, serão estatisticamente avaliadas, de acordo com o desempenho do grupo a elas submetido.
- 9.2 Considera-se grupo o total de candidatos presentes nas provas do respectivo Cargo.
- 9.3 Na avaliação de cada prova será utilizado o escore padronizado, com média igual a 50 (cinquenta) e desvio padrão igual a 10 (dez).
- 9.4 Esta padronização das notas de cada prova tem por finalidade avaliar o desempenho do candidato em relação aos demais, permitindo que a posição relativa de cada candidato reflita sua classificação em cada prova. Na avaliação das provas do Concurso:
- é contado o total de acertos de cada candidato em cada prova;
 - são calculadas a média e o desvio padrão dos acertos de todos os candidatos em cada prova;
 - é transformado o total de acertos de cada candidato em nota padronizada (NP); para isso calcula-se a diferença entre o total de acertos do candidato na prova (A) e a média de acertos do grupo da prova (\bar{x}), divide-se essa diferença pelo desvio padrão (s) do grupo da prova, multiplica-se o resultado por 10 (dez) e soma-se 50 (cinquenta), de acordo com a fórmula:

$$\text{Fórmula utilizada: } NP = \frac{A - \bar{x}}{s} \times 10 + 50$$

NP = Nota Padronizada
A = Número de acertos dos candidatos
 \bar{x} = Média de acertos do grupo
s = Desvio padrão

- é multiplicada a nota padronizada do candidato em cada prova pelo respectivo peso;
 - são somadas as notas padronizadas (já multiplicadas pelos pesos respectivos) de cada prova, obtendo-se, assim, o total de pontos de cada candidato.
- 9.5 As Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos serão de caráter eliminatório e classificatório, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, na somatória das Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos, total de pontos igual ou superior a 150 (cento e cinquenta).
- 9.6 Os candidatos não habilitados nas Provas Objetivas serão excluídos do Concurso.

10. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

- 10.1 A nota final dos candidatos será igual à somatória da nota padronizada nas Provas Objetivas.
- 10.2 Na hipótese de igualdade de nota final, após observância do disposto no Parágrafo Único do artigo 27 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), sendo considerada, para esse fim, a data limite para correção de dados cadastrais, estabelecido no item 8.8, do Capítulo 8 deste Edital, terá preferência, para fins de desempate, o candidato que, sucessivamente:
- obtiver maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;
 - obtiver maior número de acertos nas questões de Língua Portuguesa, constante da Prova de Conhecimentos Gerais;
 - obtiver maior número de acertos nas questões de Raciocínio Lógico-Matemático;
 - tiver maior idade;
 - tiver exercido efetivamente a função de jurado, nos termos do artigo 440, do Código de Processo Penal, no período compreendido entre a data de entrada em vigor da Lei nº 11.689/2008 e a data de término das inscrições para este concurso.
- 10.3 A publicação do Resultado Final do Concurso Público, observada a disposição deste Capítulo, será feita em ordem classificatória, em três listas, nos seguintes termos:
- a primeira, a pontuação de todos os candidatos habilitados ao cargo, incluída a pontuação dos candidatos com deficiência habilitados (Lista Geral);
 - a segunda, a pontuação dos candidatos habilitados por cargo/cidade de lotação, incluída a pontuação dos candidatos com deficiência habilitados (Lista por Cargo/Cidade de Lotação);
 - a terceira, somente a pontuação dos candidatos com deficiência (Lista Especial).
- 10.4 Da divulgação dos resultados no Diário Oficial do Estado de São Paulo constarão apenas os candidatos habilitados.

11. DOS RECURSOS

- 11.1 Será admitido recurso quanto:
- ao indeferimento dos requerimentos de isenção ou de redução do valor do pagamento de inscrição;
 - ao indeferimento da condição de candidato com deficiência e solicitações especiais;
 - à aplicação das Provas Objetivas;
 - às questões das Provas Objetivas e Gabaritos;
 - ao resultado das Provas.
- 11.2 O prazo para interposição dos recursos será de **3 (três) dias úteis** quanto ao indeferimento do pedido de isenção ou de redução do pagamento de inscrição, à formulação das questões das provas, divulgação de gabaritos preliminares e divulgação do resultado das provas, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data do evento a ser recorrido.
- 11.3 O prazo para interposição de recurso será de **5 (cinco) dias úteis** quanto à aplicação das provas, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data do evento a ser recorrido.
- 11.3.1 Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem.
- 11.3.2 Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.
- 11.4 Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente pela *Internet*, no *site* da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br), de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.
- 11.4.1 Somente serão apreciados os recursos interpostos e transmitidos conforme as instruções contidas neste Edital e no *site* da Fundação Carlos Chagas.
- 11.4.2 A Fundação Carlos Chagas e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo não se responsabilizam por recursos não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 11.5 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito.
- 11.6 Não serão aceitos recursos interpostos por *fac-símile* (fax), telegrama, *e-mail* ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.
- 11.7 Será concedida vista da Folha de Respostas da Prova Objetiva a todos os candidatos que realizaram prova, no período recursal referente ao resultado preliminar das Provas.
- 11.8 As instruções para a vista de prova estarão disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas.
- 11.9 A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 11.10 O gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos interpostos, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.
- 11.11 Nas Provas Objetivas, o(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.
- 11.12 Na ocorrência do disposto nos itens 11.10 e 11.11, deste Capítulo, e/ou em caso de provimento de recurso, poderá ocorrer a classificação/desclassificação do candidato que obtiver, ou não, a nota mínima exigida para a prova.
- 11.13 Serão indeferidos os recursos:
- cujo teor desrespeite a Banca Examinadora;
 - que estejam em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo;
 - cujas fundamentações não correspondam à questão recorrida;
 - sem fundamentação e/ou com fundamentação inconsistente, incoerente ou os intempestivos;
 - encaminhados por meio da Imprensa e/ou de "redes sociais *online*".
- 11.14 No espaço reservado às razões do recurso fica VEDADA QUALQUER IDENTIFICAÇÃO (nome do candidato ou qualquer outro meio que o identifique), sob pena de não conhecimento do recurso.
- 11.15 Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada evento referido no item 11.1, deste Capítulo, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.
- 11.16 As respostas de todos os recursos, quer procedentes ou improcedentes, serão levadas ao conhecimento de todos os candidatos inscritos no Concurso por meio do *site* da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br), não tendo qualquer caráter didático, e ficarão disponíveis pelo prazo de 7 (sete) dias a contar da data de sua divulgação.

12. DO PROVIMENTO DO CARGO/CIDADE DE LOTAÇÃO

- 12.1 A investidura no Cargo/Cidade de Lotação em Concurso obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final obtida pelo candidato, por Cidade de Lotação, de acordo com o disposto no Capítulo 10 deste Edital.

- 12.2 O prazo para posse dos candidatos eventualmente nomeados é de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado – Poder Legislativo – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

- 12.2.1 O candidato nomeado que, por qualquer motivo, não tomar posse dentro do prazo legal, terá o ato de nomeação tornado sem efeito e, uma vez empossado, não entrará em exercício dentro do prazo legal, será exonerado *ex officio* do respectivo cargo, consoante dispõe a Lei nº 10.261/1968.

- 12.3 Respeitada a Lei Complementar Estadual nº 1.115/2010, as vagas supervenientes na Sede (Capital) ou em qualquer Unidade Regional, ainda que não incluídas neste certame, desde que não mais existam candidatos habilitados nas correspondentes listas dos locais onde surgirem as aludidas vagas, poderão ser providas pelos candidatos habilitados na Lista Geral, observada a ordem de classificação, ressaltando que a não anuência do candidato em assumir a vaga surgida em local diverso daquele escolhido quando da inscrição no concurso não ocasionará sua exclusão do certame, permanecendo o candidato na lista de habilitados para o local escolhido no ato de inscrição.

- 12.4 Todos os candidatos nomeados, sem exceção, deverão se submeter à perícia médica no Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo – DPME.

- 12.4.1 Por ocasião da perícia médica para ingresso, a critério do órgão médico oficial, poderão ser solicitados do candidato os exames abaixo relacionados, além de outros que julgar necessário, cabendo ao candidato providenciá-los às próprias expensas:

- Hemograma completo – validade: 30 dias;
- Velocidade de hemossedimentação – validade: 30 dias;
- Glicemia de jejum – validade: 30 dias;
- Uréia e creatinina – validade: 30 dias;
- TGO – TGP – Gama GT – validade: 30 dias;
- Tempo de tromboplastina parcial ativada (TTPA) – validade: 30 dias;
- PSA – validade: 180 dias;
- Urina tipo I e urocultura se necessária – validade: 30 dias;
- RX de tórax com laudo – validade: 30 dias;
- Eletrocardiograma (ECG) com laudo – validade: 30 dias;
- Colpocitologia – validade: 360 dias para mulheres até 50 anos e 180 dias para mulheres acima de 50 anos
- Colposcopia – validade: 360 dias para mulheres até 50 anos e 180 dias para mulheres acima de 50 anos
- Mamografia (obrigatoriamente após os 40 anos)
- Ultrassonografia de mama, se necessária – validade: 360 dias para mulheres até 50 anos e 180 dias para mulheres acima de 50 anos.

- 12.4.2 Caberá ao candidato nomeado o agendamento da perícia médica no Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, mediante guia a ser fornecida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que convocará o nomeado a retirar a referida guia para o devido agendamento, mediante telegrama ou *e-mail*.

- 12.4.3 Para retirada da guia, o candidato poderá indicar procurador.

- 12.5 Além dos documentos exigidos para a posse, será exigido do candidato:

- 12.5.1 Cópia Autenticada da (o):
- Cédula de Identidade – RG;
 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;
 - Título de Eleitor;
 - Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (se do sexo masculino);
 - Cartão do PIS ou PASEP;
 - Comprovação de ter exercido efetivamente a função de jurado, conforme subitem 10.2.
- 12.5.2 Documentos Originais:
- Declaração de bens na forma da Lei nº 8.730/1993;
 - Declaração negativa de acumulação de cargo público;
 - Certidão de objeto e pé, caso o candidato responda a ação criminal;
 - Certidão negativa de penalidades administrativas, nos termos do item 4.1 subitem "f";
 - Certidão de quitação eleitoral;
 - Certificado de sanidade e capacidade física para ingresso emitido pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo – DPME, atestando aptidão do candidato para exercício do cargo.

- 12.6 Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos.

- 12.7 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por sua Diretoria competente, no momento do recebimento dos documentos para a posse, afixará 1 (uma) foto 3x4 do candidato no Cartão de Autenticação Digital – CAD, e, na sequência, coletará a assinatura do candidato e procederá à autenticação digital no Cartão.

- 12.8 Poderão ser exigidos pelo Tribunal, no ato da posse, outros documentos, além dos acima relacionados.

- 12.9 A não apresentação dos documentos comprobatórios fixados neste Capítulo, dentro do prazo legal para posse, implicará que seja tornada sem efeito a nomeação.

- 12.10 O candidato aprovado no Concurso Público poderá desistir do respectivo certame definitivamente.

- 12.11 A assistência deverá ser efetuada mediante requerimento endereçado ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até o dia útil anterior à data da posse.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a tácita aceitação das condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

- 13.2 A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

- 13.3 O Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação do resultado final, publicada no Diário Oficial do Estado – Poder Legislativo – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

- 13.4 A aprovação e classificação no Concurso geram para o candidato apenas expectativa de direito à admissão.

- 13.5 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo reserva-se o direito de proceder às admissões em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e o número de vagas existentes.

- 13.6 Serão publicados no Diário Oficial do Estado – Poder Legislativo – Tribunal de Contas do Estado os Editais de Abertura de Inscrição, de Convocação para Prova, do Resultado das Provas, do Resultado Final e de Homologação.

- 13.7 Os atos relativos ao presente Concurso, a exemplo de convocações, avisos e resultados serão publicados na Imprensa Oficial – Diário Oficial do Estado – Poder Legislativo – Tribunal de Contas do Estado e no *site* da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br.

- 13.8 Serão publicados no Diário Oficial do Estado – Poder Legislativo – Tribunal de Contas do Estado apenas os resultados dos candidatos que lograram classificação no Concurso.

- 13.9 Será disponibilizado o Boletim de Desempenho nas provas, para consulta, por meio do CPF e do número de inscrição do candidato, no endereço eletrônico www.concursosfcc.com.br, em data a ser determinada no Edital de resultado a ser publicado no Diário Oficial do Estado, conforme item 13.7 deste Capítulo.

- 13.10 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Concurso Público.

- 13.11 Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativos à habilitação, classificação ou nota de candidatos, valendo, para tal fim, o Boletim de Desempenho disponível no endereço eletrônico da Fundação Carlos Chagas, conforme item 13.9 deste Capítulo, e a publicação do resultado final e da homologação do resultado do Concurso Público no Diário Oficial do Estado.

- 13.12 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, desde que verificadas falsidades ou inexistências de declarações ou irregularidades na inscrição, nas provas ou nos documentos.

- 13.13 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item 13.12 deste Capítulo, o candidato estará sujeito a responder por Falsidade Ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal.

- 13.14 As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e a apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.

- 13.15 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, *e-mail* e telefone atualizados para viabilizar os contatos necessários, sob pena de quando for nomeado, perder o prazo para tomar posse, caso não seja localizado.

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Volume 125 • Número 170 • São Paulo, quinta-feira, 17 de setembro de 2015

- 13.15.1 O candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado até que se expire o prazo de validade do Concurso.
- 13.16 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a Fundação Carlos Chagas não se responsabilizam por prejuízos a qualquer ordem, causados ao candidato, decorrentes de:
- endereço eletrônico errado e/ou não atualizado;
 - endereço residencial não atualizado;
 - endereço de difícil acesso;
 - correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos – ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
 - correspondência recebida por terceiros.
- 13.17 Em caso de alteração dos dados pessoais (nome, endereço, sexo, telefone para contato) constantes do Formulário Eletrônico de Inscrição, o candidato deverá:
- 13.17.1 Efetuar a atualização dos dados pessoais até o terceiro dia útil após a aplicação das provas, conforme estabelecido no item 8.8 do Capítulo 8, deste Edital, por meio do *site* www.concursosfcc.com.br.
- 13.17.2 Após o prazo estabelecido no subitem 13.17.1 até a homologação dos Resultados, encaminhar via Sedex ou Aviso de Recebimento (AR), à Fundação Carlos Chagas (Serviço de Atendimento ao Candidato - SAC – Ref.: Atualização de Dados Cadastrais/TCE-SP – Av. Prof. Francisco Morato, 1565, Jardim Guedala – São Paulo – SP – CEP 05513-900).
- 13.17.3 Após a homologação dos Resultados, o candidato deverá solicitar a atualização dos dados cadastrais ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Av. Rangel Pestana, 315 - Centro - SP - CEP: 01017-906 ou por *email* no *site* www.tce.sp.gov.br.
- 13.17.4 As alterações nos dados pessoais quanto à data de nascimento somente serão consideradas quando solicitadas no prazo estabelecido no item 13.17.1 deste Capítulo, por fazer parte do critério de desempate dos candidatos.
- 13.18 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a Fundação Carlos Chagas não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos e apostilas referentes a este Concurso.
- 13.19 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.
- 13.20 Prescreverá em um ano, a contar da data em que for publicada a homologação do resultado final, o direito de ação contra quaisquer atos relativos a este Concurso Público.
- 13.21 Todos os cálculos descritos neste Edital, relativos aos resultados das provas, serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.
- 13.22 As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e pela Fundação Carlos Chagas, no que a cada um couber.

ANEXO 1 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

OBSERVAÇÕES: Considerar-se-á a legislação vigente até a data da publicação do Edital de Abertura de Inscrições

CONHECIMENTOS GERAIS:

Língua Portuguesa

Domínio da ortografia oficial. Emprego da acentuação gráfica. Emprego dos sinais de pontuação. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Sintaxe. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas). Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero.

Raciocínio Lógico-Matemático

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

Informática

Conhecimentos sobre Princípios Básicos de Informática: **Microsoft Windows 7**: conceito de pastas; manipulação de pastas, arquivos e atalhos; área de trabalho; área de transferência; uso dos menus; programas e aplicativos. - **Microsoft Word 2010**: estrutura básica dos documentos; edição e formatação de textos; cabeçalhos; parágrafos; fontes; colunas; marcadores simbólicos e numéricos; tabelas; controle de quebras e numeração de páginas; índices; inserção de objetos; campos predefinidos; impressão. **Microsoft Excel 2010**: estrutura básica das planilhas; manipulação de células, linhas e colunas; elaboração de tabelas e gráficos; inserção de objetos; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; impressão. **Correio Eletrônico**: uso de correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos. **Internet**: navegação internet, links, sites e busca; conceitos de URL; impressão de páginas.

Atualidades

Política internacional contemporânea e globalização. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. Panorama da economia nacional. O cotidiano brasileiro. Elementos de política brasileira. O desenvolvimento urbano brasileiro. Meio ambiente e sociedade: problemas, políticas públicas, organizações não governamentais, aspectos locais e aspectos globais.

Será considerado o período entre janeiro/2015 até a data da publicação do Edital de Abertura de Inscrições.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Noções de Legislação

Constituição Federal - arts. 70 a 75. Constituição Estadual - arts. 32 a 36. Lei Federal nº 4.320/1964 – Título I e atualizações posteriores. Lei nº 10.261, de 28/10/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Do Estado de São Paulo). Lei Complementar nº 709, de 14/01/1993 (Lei Orgânica do TCESP). Licitações e Contratos administrativos (Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002; Decreto nº 3.555/2000 e atualizações posteriores): Conceitos, finalidades, princípios, objetos, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedações, modalidades, procedimentos, anulação e revogação, sanções, pregão presencial e eletrônico, sistema de registro de preços. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e atualizações posteriores: Disposições preliminares, Objetivos e abrangência. Lei Federal nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) e atualizações posteriores.

Noções de Administração Pública

Organização do Estado e da Administração Pública. Princípios da Administração Pública. Principais funções da administração: planejamento, organização, controle e avaliação. Conceito de Ato Administrativo. Planejamento Estratégico: conceito e função. Controle Interno: conceitos, funções, componentes, fundamentos legais. Controle Externo: conceitos, funções, componentes, fundamentos legais. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: Lei Orgânica – Lei Complementar nº 709/1993 (e alterações posteriores) – Título I; Regimento Interno, Título I.

Noções de Administração Financeira e Orçamentária

Matemática Financeira e Estatística: Razão; Proporção; Porcentagem; Juros simples e compostos; Descontos simples; Média Aritmética; Mediana; Moda. Orçamento público. Conceitos e princípios orçamentários. Orçamento-programa: fundamentos e técnicas. Lei de Diretrizes Orçamentárias: conceito e função. Plano Plurianual: conceito e função. Lei Orçamentária Anual: conceito e função.

ANEXO 2 CRONOGRAMA DE PROVAS E PUBLICAÇÕES

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

| Atividades | Datas Previstas |
|--|---------------------------|
| Período de Inscrições. | 21/09/2015 a 23/10/2015 |
| Período de solicitação de isenção ou de redução do pagamento do valor da inscrição. | 21/09/2015 a 25/09/2015 |
| Divulgação da consulta individual das solicitações de isenção/redução deferidas e indeferidas, no <i>site</i> da Fundação Carlos Chagas. | 06/10/2015 |
| Prazo para interposição de recursos quanto ao indeferimento das solicitações de isenção/redução, no <i>site</i> da Fundação Carlos Chagas. | 07/10/2015 a 09/10/2015 |
| Divulgação/publicação da Relação dos Requerimentos de isenção/redução deferidos e indeferidos, após recursos. | 19/10/2015 |
| Data limite para envio do laudo médico (internet ou correios) – candidatos às vagas reservadas a pessoas com deficiência. | 23/10/2015 |
| Divulgação, no <i>site</i> da Fundação Carlos Chagas das solicitações deferidas quanto à condição de candidato com deficiência e solicitações especiais. | 09/11/2015 |
| Prazo para interposição de recursos quanto às solicitações/condições especiais para candidatos com deficiência. | 10/11/2015 a 12/11/2015 |
| Aplicação da Prova Objetiva | 06/12/2015 (Manhã) |
| Prazo de interposição de recursos quanto à aplicação da Prova, a serem encaminhados pelos candidatos por meio do <i>site</i> da Fundação Carlos Chagas. | 07/12/2015 a 11/12/2015 |
| Divulgação das questões de provas e gabaritos preliminares, no <i>site</i> da Fundação Carlos Chagas, a partir das 17 horas. | 08/12/2015 |
| Prazo para interposição de recursos quanto à divulgação dos gabaritos e das questões de provas, a serem encaminhados pelos candidatos por meio do <i>site</i> da Fundação Carlos Chagas. | 09/12/2015 a 11/12/2015 |
| Divulgação, no <i>site</i> , da Fundação Carlos Chagas, do Resultado Preliminar da Prova Objetiva e das respostas das decisões dos recursos. | 02/02/2016 |
| Vista das Folhas de Respostas da Prova Objetiva. | 02/02/2016 |
| Prazo para interposição de recursos quanto ao Resultado Preliminar da Prova Objetiva, no <i>site</i> da Fundação Carlos Chagas. | 03/02/2016 a 05/02/2016 |
| Publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo do Edital de Resultado Final. | 17/03/2016 |

Obs: **CRONOGRAMA SUJEITO A ALTERAÇÃO**

LICITAÇÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 02/15

TCA. Nº 13.158/026/15

OBJETO: Contratação de empresa para reforma para adequação da copa e dos banheiros femininos localizados no 9º andar do Prédio Sede, conforme Memorial Descritivo - Anexo II do edital. Valor Estimado: R\$ 35.827,15.

A Comissão Permanente de Licitação comunica que a abertura dos envelopes com as propostas comerciais será dia 18/09/15, às 10 horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, considerando que todas as empresas habilitadas declinaram do direito de interposição de recursos.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO GP nº 10/2015

Prorroga o prazo relativo à restrição de encaminhamento de Recursos Ordinários à Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ.

A Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a necessidade de racionalizar o trâmite de processos pela Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ; e

Considerando que o assunto foi debatido, previamente, com os Senhores Conselheiros,

RESOLVE:

Art. 1º. O prazo de que trata o art. 5º do Ato GP nº 04/2015, publicado no DOE de 19 de março de 2015, fica prorrogado por mais 06 (seis) meses.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando mantidos os demais dispositivos estabelecidos no Ato nº 04/2015.

GP, 16 de setembro de 2015.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Presidente

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

ATO DA PROCURADORIA-GERAL DE CONTAS

AUTORIZANDO o afastamento da Procuradora ELIDA GRAZIANE PINTO para, sem prejuízo de suas atribuições e com ônus financeiro para o Tribunal, autorizado pela Presidência, participar da "Apresentação do Sistema de Plano de Carreira - SISPC", promovida pela Diretoria de Valorização dos Profissionais da Educação do Ministério da Educação e Cultura - MEC, no dia 22/09/2015, em Brasília - DF (ATO 021/2015).